

NAÇÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NO AMBIENTE INTELLECTUAL DOS ANOS 50: a obra de Anísio Teixeira

Aluna: Claudia Barroso Roquette-Pinto Bojunga (CNPq, março a julho de 2008)
Orientador: Luís Reznik

Introdução

O clima era de otimismo no Brasil do pós-II Guerra Mundial no que diz respeito aos rumos do país. Com o fim do Estado Novo (1937-1945) e a promulgação, em 1946, de uma nova Constituição, liberdades individuais que até então inexistiam ou haviam sido cerceadas passam a ser garantidas, como a realização de eleições e a livre e pública manifestação de idéias. Nesse contexto, a produção intelectual ao longo da década de 1950 vai ser perpassada pela discussão de um projeto para o país em que são temas centrais nação, democracia e desenvolvimento. Para compreender melhor as características deste debate, é importante lembrar que era o período da Guerra Fria, quando o mundo encontrava-se polarizado o que trazia características específicas e diferentes possibilidades para se pensar essa democracia que se instaurava depois de um período de governo autoritário.

A análise do discurso de um dos intelectuais paradigmáticos do período, Anísio Teixeira (1900-1971), é elucidativa para compreender como os conceitos de democracia, nação e desenvolvimento eram empregados, compreendidos e quais os seus significados dentro do contexto histórico em que foram utilizados.

O objetivo da pesquisa, em um primeiro momento, é o estudo do conceito de democracia dentro do discurso de Anísio Teixeira que tem como foco central de sua discussão a educação. Em um segundo momento, o propósito é examinar os conceitos nação e desenvolvimento na obra do autor, articulando as idéias do educador com os acontecimentos políticos nos quais estava inserido.

Nascido no município de Caetité, na Bahia, filho de Deocleciano Pires Teixeira e D. Ana de Souza Spínola, Teixeira estudou em um colégio jesuíta e quase se tornou padre, mas acabou mudando de idéia resolvendo fazer a faculdade de Direito. O início de

sua carreira como educador foi definido, de certa forma, na prática. Começou sem experiência no assunto ou formação específica na área. Quando tinha acabado de se formar, foi convidado pelo governador da Bahia, Góes Calmon, para ser diretor de Instrução, cargo que corresponde hoje ao de secretário de Educação; na época tinha apenas 24 anos. Desde então se dedicou, ao longo de toda a sua vida, à educação.

É importante salientar que sua trajetória profissional foi uma mescla de produção intelectual com ação prática. Além de ter publicado vários livros, dentre eles: *Em marcha para a democracia* (1934), *Educação para a democracia: uma introdução à administração escolar* (1936) e *Educação não é privilégio* (1957), passou por diversos cargos públicos ao longo de sua carreira.

Como homem de ação, foi presidente da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), em 1951, tendo se tornado diretor do Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) no ano seguinte; acumulando as duas funções. Em 1961, cria junto com Darcy Ribeiro a Unb (Universidade de Brasília). Sua trajetória como pensador não pode, desta forma, ser dissociada das suas ações à frente dos cargos que ocupou e isto é fundamental na análise de seus textos. É importante salientar que ele pode ser considerado uma figura balizadora do ambiente político intelectual da década de 1950, o que foi reconhecido, inclusive, por seus contemporâneos.

Metodologia

A primeira obra selecionada para a análise dos conceitos nação, democracia e desenvolvimento no discurso de Anísio Teixeira foi *Educação não é privilégio*, publicado pela primeira vez em 1957 [**Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ,1994] onde se buscou a especificidade dos conceitos analisados no horizonte intelectual do período. O livro é composto por conferências proferidas por Teixeira em períodos diferentes ao longo da década de 1950. A primeira parte que tem o mesmo título do livro data de uma conferência pronunciada, em 1953; a segunda parte intitulada “A Escola Pública, Universal e Gratuita” é de 1956 e a terceira parte “Educação e a formação nacional do povo brasileiro” é constituída de uma compilação de textos escrita entre 1950 até 1962. Portanto, traz um panorama do pensamento de Anísio dentro do recorte temporal da pesquisa.

Além desta leitura também foi realizada uma pesquisa sobre a vida do autor no sentido de compreender o seu lugar de fala, quando foram consultadas diversas fontes [**Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas], uma publicação comemorativa do centenário do autor [**Revista da Bahia- Anísio Teixeira - educador do Brasil**. Bahia: Secretaria de Cultura e Turismo do Governo do Estado da Bahia, 2000] e o site www.prossiga.br.

A análise está apoiada nas reflexões teóricas de Reinhart Koselleck [História dos conceitos e história social], “Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade” e “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. In: **Futuro passado**] e de J.G.A Pocock [“O estado da arte”. In: **Linguagens do ideário político**].

Conclusões

Para Anísio Teixeira, democracia e educação são indissociáveis. Para ele: “Democracia é, literalmente, educação. Há entre os dois termos uma relação de causa e efeito. Numa democracia, pois, nenhuma obra supera a educação.”¹. Em seu livro *Educação não é privilégio*, o autor vai traçar um diagnóstico da situação educacional que vinha observando e estudando havia muitos anos no Brasil, salientando a importância da realização de mudanças.

“Não exageramos, pois, quando afirmamos a franca deterioração do primário, com a exacerbação do caráter seletivo da educação, no seu vezo de preparar alguns privilegiados para o gozo de vantagens de classe e não o homem comum para a sua emancipação pelo trabalho produtivo.”²

Para ele, a sociedade poderia sim ser hierarquizada nas ocupações, mas teria que ser desierarquizada socialmente. Este é um ponto fundamental. Os indivíduos, portanto, deveriam ser educados para o trabalho sendo distribuídos pelas ocupações conforme o próprio mérito não de acordo com sua posição social ou riqueza. Dentro desse regime não seria condizente um ensino voltado para as elites, como acontecia até então no Brasil.

¹ TEIXEIRA, A. *Autonomia para educação, 1947*, in: ROCHA, José Augusto de Lima. *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura brasileira*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992, p. 26-27.

² TEIXEIRA, A. *Educação não é privilégio*, p.54.

Dentro do contexto em que o livro foi elaborado e, mais especificamente, no caso do primeiro capítulo homônimo ao título da obra, pode-se dizer que Anísio Teixeira realça que dentro das mudanças que ocorreram nas duas décadas anteriores, isto é, o fim do Estado Novo e o estabelecimento de uma democracia; uma melhora na educação seria um passo essencial:

“Com a formação de uma consciência comum de direitos em todo o povo brasileiro, cuja emancipação veio afinal a se processar nos últimos vinte e cinco anos, deparamo-nos com um sistema escolar de todo inadequado para lidar com o verdadeiro problema educativo de um povo já agora uno e indiviso.”³

Segundo Anísio, dentro de um regime democrático não há lugar para o tratamento diferenciado destinado a um pequeno grupo. “Este povo não pode *viver* do “prestígio”, que lhe dê o fato de haver alisado os bancos escolares, mesmo porque “prestígio” se goza *contra* alguém ou à custa de alguém, e já não há esse *alguém* contra ou à custa de quem gozá-lo.”⁴

Para mudar isso, Anísio apresenta várias propostas para reestruturação do sistema educacional ao qual ele se dedicava, seguindo como principal princípio que ela deveria ser pública, universal e gratuita. Essa democratização do ensino com qualidade levaria a uma “ascensão do povo brasileiro, graças à sua unificação, para níveis econômicos cada vez mais altos.”⁵

Para Anísio Teixeira o projeto educacional que propunha para o Brasil estava dentro de um novo horizonte que se desenhava para o país. É fundamental levar em conta esse contexto promissor ao analisar a obra do educador. Anísio vai ressaltar a importância da educação dentro do projeto do Brasil como nação democrática:

“A reconstrução educacional da nação terá de fazer-se com essa liberdade e esse respeito pelas suas condições, como afirmação suprema de nossa confiança no Brasil, a cujo o povo, hoje unificado e enérgico, devemos entregar, com o máximo de autonomia local, a obra de sua própria formação.”⁶

³ TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio, p.58.

⁴ Idem.

⁵ Ibidem, p.60.

⁶ Ibidem, p.74.

Quando ele trata de autonomia local está se referindo à municipalização do ensino, isto é, a administração local das escolas no lugar de estas instituições estarem subordinadas diretamente ao poder federal.

Anísio afirma que seu intuito é analisar a educação brasileira observando os conceitos de ‘educação seletiva’, para a formação de elites, em contraposição ao de ‘educação comum’ para a formação do cidadão comum da democracia. E observa que esta educação comum a qual se refere é um postulado democrático.⁷ Fica claro, desta forma, que quando elabora seu projeto de educação o pensa em concordância com o conceito de democracia moderna e esta por sua vez é, para Anísio, dependente de um projeto de educação para todos.

No segundo capítulo do livro, Anísio se defende das acusações sofridas por ele de que era um comunista. Segundo ele próprio:

“a escola pública, universal e gratuita não é uma doutrina especificamente socialista. (...) A sobrevivência do capitalismo em grande parte do mundo não se explica senão por estes dois recursos ou instrumentos de defesa contra a desigualdade excessiva que o capitalismo provocaria e provoca, sempre que faltem ao povo escola pública e sindicato livre.”⁸

A primeira e mais clara informação que se extrai deste trecho é a dissociação da busca por uma educação comum com o comunismo. Analisando-o mais atentamente é possível notar que nele Anísio Teixeira expõe um papel que crê ser responsabilidade do governo no regime democrático: o de suprimir determinadas desigualdades da população, não se transformando num Estado socialista, mas oferecendo oportunidades iguais a todos os cidadãos através, principalmente, da educação.

No entanto, ele chama a atenção para o contra-senso de o projeto de uma educação para todos, ter começado “a medrar”, justamente no período de “revivescência democrática nas décadas de 20 e 30”.⁹ Nessa época, a consciência política da nação teria começado a amadurecer tendo se iniciado uma luta pelo voto secreto e livre. No entanto, esse processo de avanço democrático teria acontecido de maneira incompleta por ter sido incapaz de resolver problemas sociais, como a educação.

⁷ TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio, p.74.

⁸ Ibidem, p.83.

⁹ Ibidem, p.92.

“E a isto é que chegamos, depois de vinte e tantos anos de vicissitudes políticas de toda ordem. Conquistou o povo brasileiro, afinal, a sua emancipação política. Pelo voto livre e secreto, constituem-se os poderes da República, os poderes dos estados, os poderes dos municípios. Como chegamos a essa conquista, sem escolas adequadas para a educação do povo, nem escolas adequadas para a formação – não de uma classe governante – mas dos múltiplos quadros médios e superiores de uma democracia de hierarquia ocupacional e não propriamente social, estamos a sofrer as conseqüências melancolicamente profetizadas por todos os teóricos da democracia.”¹⁰

Em suma, segundo Anísio Teixeira, para a plena vigência da democracia no Brasil seria fundamental uma reforma do ensino em que todos os cidadãos tivessem acesso à educação de qualidade. O título do livro analisado ilustra bem isso: a educação não é, e nem pode ser prerrogativa de poucos em um país democrático. Na visão do educador a democracia seria um regime em que todos os cidadãos deveriam ter oportunidades sociais iguais, em que os “privilégios” deveriam ser extintos.

Referências

ABREU, Alzira Alves de (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Anísio Teixeira: educador do Brasil. **Revista da Bahia**, v.32, n.31, jul. 2000. 125p.

MENDONÇA, Ana Waleska. Anísio Teixeira e a Universidade de Educação. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002. 185p.

MENDONÇA, Ana Waleska e BRANDÃO, Zaia. Porque não lemos Anísio Teixeira: uma tradição esquecida. Rio de Janeiro: Ravil, 1997. 212p.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 6 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 253p.

¹⁰ TEIXEIRA, A. Educação não é privilégio, p.92.